

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.779 - MG (2019/0268756-8)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**AGRAVANTE : GABRIEL FERREIRA DO PRADO JUNIOR (PRESO)**  
**AGRAVANTE : THIAGO HENRIQUE DA SILVA ANACLETO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**EMENTA**

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. COMPROVAÇÃO DE MENORIDADE. CADASTRO DE ANTECEDENTES INFRACIONAIS, BOLETIM DE OCORRÊNCIA E AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO. DOCUMENTOS HÁBEIS. SÚMULA 568 STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA DESPROVER O RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de **GABRIEL FERREIRA DO PRADO JUNIOR (PRESO)** e **THIAGO HENRIQUE DA SILVA ANACLETO** manejado contra a decisão que inadmitiu o recurso especial interposto perante o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

O **juízo singular** condenou os agravantes como incurso nas sanções do art. 157, §2º, inciso II, do Código Penal, por duas vezes, e art. 244-B da Lei n. 8.069/90, por três vezes, na forma do art. 70 do Código Penal (c/c art. 65, inciso I, do CP, em relação a Gabriel), às penas de **07 (sete) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, no regime inicial semiaberto, e 39 (trinta e nove) dias-multa**, para ambos (Gabriel: fls. 300-303 e Thiago: fls. 303-305).

Irresignadas, as defesas interpuseram apelação, com vistas à reforma da sentença condenatória, pugnando, dentre outros, pela absolvição pelo delito de corrupção de menores, previsto no art. 224-B, da Lei n. 8.069/90 (fls. 339-364). No Tribunal de origem, por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, mantendo a r. sentença penal condenatória tal como lançada (fls. 447-480).

Os **embargos de declaração** opostos foram rejeitados (fls.

497-501).

No **recurso especial**, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, a defesa alega ofensa ao artigo 244-B do ECA (Lei n. 8.069/90), ao argumento de que *"não há nos autos documento de identificação civil do suposto menor que permita auferir a idade do mesmo para fim de incidência da lei"*.

Requer o provimento do recurso *"para absolver o recorrente do delito previsto no art. 244-B do ECA"*.

Contrarrrazões às fls. 513-519, o recurso especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem em razão dos óbices da **Súmula 83 do STJ** (fls. 521-524).

Nas razões do presente agravo, as partes alegam que não incidem os referidos óbices (fls. 527-532).

O Ministério Público Federal manifestou pelo desprovimento do agravo (fls. 550-556).

É o relatório.

**Decido.**

Tendo em vista que as partes agravantes impugnaram especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida, **conheço do agravo e passo a examinar os requisitos do recurso especial**.

Buscam as partes recorrentes, em princípio, a absolvição quanto ao delito previsto no artigo 244-B do ECA, haja vista que [...] *"não há nos autos documento de identificação civil do suposto menor que permita auferir a idade do mesmo para fim de incidência da lei."* (fl. 507).

**Para melhor delimitar a questão**, reproduzo o trecho da **sentença** em que o tema é tratado, **verbis**:

*"Por outro lado, a Súmula 74 do STJ exige para a comprovação*

*da menoridade a apresentação de documento hábil; no caso dos autos, é certo que existem tais provas, aptas a comprovar a menoridade dos comparsas dos réus. De fato, as CAIs dos adolescentes J.B.C.G., A.S.S. e E.M.S., informam o nascimento dos adolescentes como sendo 27/04/2001, 16/03/2001 e 13/03/1999, respectivamente. Assim, não há nenhuma dúvida quanto à menoridade daqueles." (fls. 299, grifei).*

Consta nos autos do **v. acórdão de apelação** a seguinte fundamentação:

*"Cumpre-me asseverar que acerca da prova da menoridade dos adolescentes, a meu ver, em que pesem entendimentos contrários, a qualificação promovida no **Boletim de Ocorrência, no Auto de Prisão em Flagrante Delito** e ainda, no **termo de declarações** firmado perante a autoridade policial ou judicial constitui prova bastante a comprovar a menoridade do infrator que participou da prática delituosa." (fls. 477, grifei).*

Mais adiante, o eg. Tribunal **a quo** novamente asseverou:

*"Na hipótese dos autos, conquanto inexistia no feito cópia do registro geral de identidade, a menoridade de J.B.C.G., A.S.S. e E.M.S. é incontroversa, pois demonstrada pelos termos de depoimento acostados às fls. 07, 08 e 09 - subscritas pelos menores -, no qual consta a qualificação dos adolescentes, bem como no boletim de ocorrência (fls. 16/25)." (fl. 479)*

**In casu**, a decisão de primeiro grau consignou que havia elemento suficiente a **comprovar a menoridade dos adolescentes, consubstanciado nas CAIs dos adolescentes**, nas quais consta inclusive a informação das datas de nascimento dos menores, em suma, 27/04/2001, 16/03/2001 e 13/03/1999 (fl. 299), não restando dúvida quanto às idades de J.B.C.G., A.S.S. e E.M.S. e, portanto, da prática da infração.

No mesmo sentido foi o entendimento manifestado pelo eg. Tribunal de origem, o qual informou que referidos dados sobre os adolescente também constam no **Boletim de Ocorrência, no Auto de Prisão em Flagrante Delito e no termo de declarações** (fls. 477 e 479).

Sobre o assunto, firmou-se nesta Corte Superior de Justiça o entendimento de que a certidão de nascimento não é o único documento idôneo

para comprovar a idade dos adolescentes corrompidos, a qual também pode ser atestada por outros documentos oficiais, dotados de fé pública, emitidos por órgãos estatais de identificação civil e cuja veracidade somente pode ser afastada mediante prova em contrário.

Nessa linha, o cadastro de atos infracionais, o boletim de ocorrência e o auto de prisão em flagrante, são documentos dotados de fé pública e aptos a comprovarem a menoridade dos adolescentes envolvidos no crime praticado pelos ora agravantes.

Sobre a questão, destaco:

**"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ART. 244-B DA LEI N. 8.069/1990. COMPROVAÇÃO DA IDADE DA VÍTIMA. OCORRÊNCIA POLICIAL. DOCUMENTO HÁBIL. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. A comprovação da menoridade da vítima do crime de corrupção de menores requer prova por documento hábil. Aplicação da Súmula n. 74 do STJ.*

*2. É assente na jurisprudência deste Superior Tribunal o entendimento de que a certidão de nascimento não é o único documento idôneo para comprovar a idade do adolescente corrompido, que também pode ser atestada por outros documentos oficiais, dotados de fé pública, emitidos por órgãos estatais de identificação civil e cuja veracidade somente pode ser afastada mediante prova em contrário.*

**3. No caso, outros documentos dotados de fé pública - auto de apreensão em flagrante de ato infracional e o boletim de ocorrência - foram colacionados aos autos para comprovar a idade do adolescente, vítima do crime de corrupção de menores. A menoridade foi, portanto, devidamente atestada por meio do boletim de ocorrência, em que consta a qualificação do menor.**

**4. Agravo regimental não provido."** (AgRg no HC 393.032MG, Sexta Turma, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 27/10/2017, grifei).

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. COMPROVAÇÃO DA MENORIDADE. DESNECESSIDADE DE ANÁLISE DE FATOS E PROVAS. MATÉRIA PREQUESTIONADA. CORRUPÇÃO DE MENORES. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DO DELITO DO ART 244-B DO ECA. MENORIDADE DA VÍTIMA**

**COMPROVADA POR OUTROS DOCUMENTOS IDÔNEOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. *Inexiste maltrato ao princípio da colegialidade, pois, consoante disposições do Código de Processo Civil e do Regimento Interno desta Corte, o relator deve fazer um estudo prévio da viabilidade do recurso especial, além de analisar se a tese encontra plausibilidade jurídica, uma vez que a parte possui mecanismos processuais de submeter a controvérsia ao colegiado por meio do competente agravo regimental. Ademais, o julgamento colegiado do recurso pelo órgão competente supera eventual mácula da decisão monocrática do relator.*

2. *Não se trata de hipótese de verificação de fatos e provas, mas apenas da análise da aptidão jurídica de documento diverso da certidão de nascimento para a comprovação da idade do menor corrompido.*

3. *A matéria relativa á ausência de documento hábil a comprovar a menoridade foi tratada no voto vencedor do acórdão recorrido, não havendo se falar em violação da Súmula 320/STJ.*

4. *A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça consolidou-se no sentido de que "para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil" (enunciado 74/STJ. O documento hábil ao qual se refere a aludida Súmula não se restringe à certidão de nascimento, sendo outros documentos dotados de fé pública igualmente hábeis para a comprovação da idade.*

5. *No caso dos autos, a idade do menor ficou comprovada no auto de prisão em flagrante delito/auto de apreensão em flagrante de ato infracional (e-STJ fl. 38), onde constam os números dos documentos de identidade e a data de nascimento.*

6. *Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp. 1.683.731 MG, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 11/10/2017, grifei).*

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CAUSA DE AUMENTO DE PENA. ART. 40, INCISO VI, DA LEI 11.343/06. MENORIDADE. QUESTÃO DE ESTADO. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO APTA. ARTIGO 155, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP. SÚMULA 74/STJ. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.**

*I - Nos termos do que dispõe o art. 155, parágrafo único, do CPP ("somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil") e da Súmula*

*n.º 74/STJ ("Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil"), a menoridade deve ser comprovada por documento hábil.*

**II - "[...] É assente na jurisprudência deste Superior Tribunal o entendimento de que a certidão de nascimento não é o único documento idôneo para comprovar a idade do adolescente corrompido, que também pode ser atestada por outros documentos oficiais, dotados de fé pública, emitidos por órgãos estatais de identificação civil e cuja veracidade somente pode ser afastada mediante prova em contrário" (AgRg no REsp n. 1.485.543/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, DJe de 20/2/2015).**

*III - Não obstante a abrangência conceitual, na hipótese, havendo o eg. Tribunal de origem afirmado expressamente a inexistência de provas seguras da menoridade a partir dos documentos acostados aos autos, a análise do tema demandaria, necessariamente, o revolvimento do material fático-probatório dos autos.*

*IV - O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ).*

*Agravo regimental desprovido" (AgRg no REsp 1.580.661/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe 26/08/2016).*

Dessa forma, estando o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal **a quo** em conformidade com o entendimento desta Corte de Justiça quanto ao tema, incide, no caso, o enunciado da Súmula n. 568/STJ, **in verbis**: "*O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*"

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, alínea **b**, do Regimento Interno do STJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

P. e I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator